



Revista Contabilidade & Finanças - USP
ISSN: 1519-7077
recont@usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

Hofer, Elza; Peleias, Ivam Ricardo; Farah Jreige Weffort, Elionor
Análise das condições de oferta da disciplina contabilidade introdutória: pesquisa junto às
universidades estaduais do Paraná
Revista Contabilidade & Finanças - USP, vol. 16, núm. 39, septiembre-diciembre, 2005, pp. 118-135
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257119534010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

DIVULGAÇÃO DE TRABALHO

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA DISCIPLINA CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA: PESQUISA JUNTO ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ*

ELZA HOFER

Profa. Ms. do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR
E-mail: hofer@rondonet.com.br

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT

Profa. Dra. do Programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica do UniFECAP – SP
E-mail: elijrwe@fecap.br

IVAM RICARDO PELEIAS

Prof. Dr. do Programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica do UniFECAP – SP
Prof. Dr. do Curso de Ciências Contábeis da PUC – SP
E-mail: ivamrp@irpe.com.br

RESUMO

O ensino da Contabilidade vem sofrendo mudanças, causadas pelas novas diretrizes curriculares e pelas exigências do mercado de trabalho. A combinação desses e de outros fatores leva à necessidade de avaliar as condições de oferta dos cursos de Ciências Contábeis, e uma opção é estudar disciplinas específicas, por sua importância ao longo do curso. Este trabalho relata o resultado de uma pesquisa realizada durante o 2º Semestre de 2003, com os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Estaduais do Paraná, para avaliar as condições de oferta da disciplina Contabilidade Introdutória. A pesquisa é exploratória e descritiva, realizada junto aos coordenadores dos cursos e professores da disciplina. Foram usados procedimentos de coleta de dados por meio de entrevistas de profundidade e questionários, pesquisa documental indireta na legislação brasileira sobre ensino superior de Contabilidade, revisão bibliográfica, e dados coletados junto aos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Controladoria e Contabilidade recomendados pela CAPES. Os resultados apontam aspectos favoráveis, como a titulação acadêmica dos profes-

ABSTRACT

Teaching in Accounting has gone through changes, caused by the new official education guidelines and labor market demands. The combination of these and other factors leads to the need to evaluate the supply conditions of Accountancy courses. For this purpose, one option is to study specific subjects, in view of their importance throughout the course. This article shows the result of a research carried out during the second semester of 2003, considering Accountancy courses offered by state universities in Paraná / Brazil, to evaluate the conditions to offer the subject Introductory Accounting. Our exploratory and descriptive research involved course coordinators and introductory accounting faculty. Data were collected through in-depth interviews and questionnaires, indirect documentary research of Brazilian legislation on higher education in Accounting, bibliographic review and data collected from the Graduate Programs in Controllership and Accounting recommended by CAPES (Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). The results indicate favorable aspects, such as the professors' academic titles, efforts to renew

sores, esforços com a renovação do corpo docente e a preocupação dos coordenadores em designar os melhores professores para a disciplina. Revelou a preferência por algumas obras sobre Contabilidade Introdutória, a necessidade de rever a indicação de livros aplicáveis a outras disciplinas oferecidas durante o curso, discrepâncias entre as informações contidas nos planos de ensino e as práticas dos professores em sala de aula, a concentração no uso de alguns recursos instrucionais e sugestões dos coordenadores e professores, para melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem da Contabilidade Introdutória.

Palavras-chave: Contabilidade Introdutória; Condições de Oferta; Paraná; Brasil; Ensino Superior.

faculty and the coordinators' concern to designate the best professors for teaching the subject. They also revealed a preference for some Introductory Accounting books, the need to review the indication of books applicable to other subjects offered during the course, discrepancies between the information contained in the teaching plans and the faculty's practices in the classroom, concentration on the use of some teaching resources and the faculty and coordinators' suggestions to improve the quality of teaching and learning in Introductory Accounting.

Keywords: *Introductory Accounting; Offer Conditions; Paraná; Brazil; Higher Education.*

1 INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Os avanços tecnológicos e a economia globalizada demandam melhor qualificação para o profissional contábil. Essas melhorias se referem a habilidades e perfis adequados às exigências do mercado atual. Nesse sentido, o papel da Universidade é significativo, para detectar os aspectos inerentes às necessidades de contínuo aprimoramento teórico e prático do contador.

A Instituição de Ensino Superior é uma organização que deve preparar os profissionais do futuro. Seus dirigentes precisam estar atentos às mudanças que ocorrem no ambiente em que está inserida, e adequar-se às exigências do mercado de trabalho, elaborando o projeto político-pedagógico, com base em um perfil profissiográfico.

A Universidade busca desenvolver os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, para permitir a formação acadêmica dos futuros contadores, visando o maior sucesso profissional na carreira. Essas mudanças podem ser incrementadas com a inserção e o uso dos avanços técnicos contábeis para o mercado de trabalho, e pela aplicação da Tecnologia da Informação, como elemento que viabiliza a atividade contábil nas organizações.

O objetivo do Curso de Ciências Contábeis é formar o futuro contador, para atuar como um agente de mudanças, adequado às necessidades do mercado atual, regional e nacional, em contínua evolução. São imprescindíveis currículos e programas bem definidos para a prática contábil, bibliografia atualizada e professores qualificados, dentre outros fatores necessários para o ensino de qualidade.

Em função do exposto, foi realizada a análise das condições de oferta da disciplina Contabilidade Introdutória nas Universidades Estaduais do Paraná. Den-

tre as contribuições pretendidas, procurou-se elaborar um roteiro que permitisse avaliar diversos aspectos da disciplina, por meio das opiniões dos coordenadores e professores responsáveis pelos cursos superiores oferecidos, que pode ser utilizado em outras regiões do País. A importância de se estudar Contabilidade Introdutória se justifica, por ser a base das disciplinas contábeis ao longo do curso superior. Esse conjunto de conhecimentos contábeis é fator decisivo para o sucesso dos futuros contadores.

2 O ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Esse tópico descreve a evolução do ensino superior em Contabilidade no Brasil. Foi elaborado com base na legislação promulgada a partir da década de 40 do século XX, e nele se procurou evidenciar como a legislação contribuiu para a evolução do curso de Ciências Contábeis e a importância dispensada pela legislação à disciplina Contabilidade Introdutória.

O curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais foi instituído pelo Decreto-Lei nº 7.988/45, com duração de quatro anos, para conceder o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos que o concluíssem. Neste normativo é citada pela primeira vez a disciplina Contabilidade Geral, oferecida na primeira série. Na esteira da implantação do ensino superior de Contabilidade, o governo do Estado de São Paulo instituiu, por meio do Decreto-Lei no. 15.601/46, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – FCEA, instalada no mesmo ano como dependência da Universidade de São Paulo.

O Surgimento da FCEA, posteriormente denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA, lançou as bases do primeiro núcleo de pesquisa Contábil no Brasil, com grandes contribuições para a evolução da Contabilidade

em nosso País. Para Iudícibus (2000, p. 36), “este núcleo surgiu com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor”.

A Lei no. 1.401/51 desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, criando o curso de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais, e instituiu diplomas distintos para ambos os cursos. Essa norma permitia, em seu art. 3º, que esses cursos fossem concluídos em três anos, desde que as condições didáticas e os horários, assim, o permitissem. Manteve a obrigatoriedade da disciplina Contabilidade Geral, agora para os dois novos cursos.

Costa (2003, p. 85) aponta grandes mudanças no ensino superior na década de sessenta, com reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. Essas mudanças foram causadas pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE). Foram fixados os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas em lei.

Uma mudança significativa no ensino superior de Contabilidade ocorreu com o Parecer CFE nº 397/62, que dividiu os cursos de Ciências Contábeis nos ciclos de formação básica e de formação profissional. O ciclo de formação básica englobava as disciplinas de Matemática, Estatística, Direito e Economia e, o ciclo de formação profissional, as disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Auditoria, Análise de Balanços, Técnica Comercial, Administração e Direito Tributário. A Resolução CFE sem número, de 08 de fevereiro de 1963, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis, e ratificou o conteúdo do Parecer CFE no. 397/62.

Durante o restante da década de 60 e durante as décadas de 70 e de 80 do século XX, não houve outras alterações no ensino superior de Contabilidade por determinação legal. Tais mudanças voltariam a ocorrer a partir da década de 90, e são a seguir relatadas.

A Resolução CFE nº 03/92 fixou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação. Para Ciências Contábeis, a duração definida foi de 2.700 horas/aula, integralizadas em até sete anos, e no mínimo em quatro, para o período diurno, e cinco para o noturno. Fixou, ainda, normas para que todas as instituições de ensino superior elaborassem os

currículos para o curso de Ciências Contábeis, definindo o perfil do profissional a ser formado.¹

A promulgação da Lei nº 9.394/96 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduziu novas alterações no ensino superior, tais como: a qualificação docente, a produção intelectual, os docentes em regime de tempo integral e o perfil profissional ligado à formação da cultura regional e nacional.

Na seqüência, foram promulgados o Parecer CNE/CES no. 776/97, com orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e o Edital Sesu/MEC no. 04/97, convocando as instituições a oferecerem propostas de novas diretrizes curriculares para os cursos superiores, cujo trabalho seria feito por comissões de especialistas indicados pela Sesu/MEC.

A edição do Parecer CES/CNE no. 146/2002 marca o início da edição de outras normas, relativas às Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Ciências Contábeis. Destacam-se, nessa norma, os seguintes objetivos:

Servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir a criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais.

O Parecer CNE/CES nº 67/2003 procurou reunir, em documento único, todas as referências legais existentes na Câmara de Educação Superior, sobre os currículos mínimos profissionalizantes, fixados pelo então Conselho Federal de Educação, e sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O Parecer CNE/CES nº 108/2003 buscou promover audiências com a sociedade, durante seis meses, para a discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado. Essa interação com a sociedade resultou no Parecer CNE/CES nº 289/2003, que buscou elaborar e aprovar as

¹ Nos termos da Resolução CFE no. 03/92 as disciplinas do curso de Ciências Contábeis foram distribuídas em três categorias de conhecimentos: conhecimentos de formação geral de natureza humanística e social; conhecimentos de formação profissional; conhecimentos ou atividades de formação complementar, compreendendo os obrigatórios de formação instrumental, e atividades obrigatórias práticas, a critério de cada instituição.

Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, a serem observadas pelas IES em sua organização curricular. O Parecer CNE/CES no. 289/2003 manteve os objetivos propostos pelo Parecer CES/CNE no. 146/2002.

Finalizando essa fase de mudanças, é promulgada a Resolução CNE/CES no. 6/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, levando em consideração os tópicos anteriormente mencionados. Esse ato oficializou o Parecer CNE/CES no. 289/2003.

Para Favero (1987, p. 25), a preocupação com a formação de profissionais com melhor formação técnica decorre de fatores relativos ao desenvolvimento econômico do Brasil. Esse autor aponta algumas mudanças na legislação havidas na década de 60 do século XX: as Leis nºs 4.320/64 (orçamentária), 4.595/64 (reforma bancária), 4.728/64 (mercado de capitais), e o Decreto-Lei nº 200/67 (reforma administrativa), ocorridas na década de 60.

Além da preocupação apontada por Favero, a promulgação das Leis nºs 6.385/76 (criação da CVM), 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e do Decreto-Lei no. 1.598/77 (adapta o Imposto de Renda à Lei das S/A), contribuiu para aumentar de forma significativa a necessidade de formação de profissionais mais bem preparados.

A partir da década de 80, ocorre grande aumento quantitativo dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. De acordo com o Ministério de Educação e do Desporto (MEC), em 2004 o Brasil possuía 751 cursos de Ciências Contábeis. Desses, 41,4% estão nas Universidades, com 49% nas públicas e 51% nas privadas. A tabela 1 apresenta a posição sobre o número, percentual e total de cursos de Ciências Contábeis por Região do Brasil.

Tabela 1 – Posição por região, número e percentual de cursos de Ciências Contábeis

Posição	Região	Número de cursos	Participação %
1º	Sudeste	304	40,4
2º	Sul	175	23,3
3º	Nordeste	135	18,0
4º	Centro Oeste	96	12,8
5º	Norte	41	5,5
Totais		751	100,0

Fonte: Ministério da Educação (A), 2004.

3 A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Esse tópico apresenta os procedimentos metodológicos usados, a análise dos dados e os resultados obtidos. É uma pesquisa exploratória, sobre as condições de oferta de Contabilidade Introdutória nos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos pelas Universidades Estaduais do Paraná.

Procurou-se avaliar a qualificação dos docentes que ministram a disciplina, as estratégias de ensino, os recursos instrucionais usados, critérios de avaliação e a bibliografia adotada. Foram usados o questionário e a entrevista de profundidade, aplicados aos coordenadores de cursos e professores de Contabilidade Introdutória, a pesquisa documental direta e indireta, a revisão bibliográfica e a obtenção de informações junto às Secretarias dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Controladoria e Contabilidade recomendados pela CAPES.

O tópico é iniciado com uma revisão da literatura sobre o ensino de Contabilidade Introdutória e com a caracterização dos cursos de Ciências Contábeis nas Universidades Estaduais do Paraná. Posteriormente são apresentados e analisados os dados coletados sobre as condições de oferta da disciplina. Finalmente são oferecidas sugestões para melhorar as estratégias de ensino, a qualidade do ensino de Contabilidade Introdutória, os conteúdos ministrados e a bibliografia adotada.

3.1 A Importância da Análise das Condições de Oferta da Disciplina Contabilidade Introdutória

A disciplina Contabilidade Introdutória tem sido objeto de estudos brasileiros (ANDRADE, 2002; FAVARIN, 2000) e estrangeiros (INGRAM, 1998; PICUS, 1997). Justifica-se tal preocupação com essa disciplina, entre outras razões, por sua capacidade de atração para os alunos ingressantes, uma vez que é, em vários casos, o seu primeiro contato com a Contabilidade (VANGERMEERSCH, 2001), bem como por fornecer o alicerce conceitual que possibilita o desenvolvimento de outras disciplinas do curso.

Se a relevância da disciplina é um ponto pacífico, o conteúdo e a metodologia para o ensino da disciplina Contabilidade Introdutória são aspectos que suscitam bastante controvérsia.

Há aqueles que rejeitam a abordagem tradicional de ensino das partidas dobradas para Contabilidade Introdutória (por exemplo, ELAM 1995; LINS-MEIER, 1996 e PICUS, 1997), por entender que tal abordagem, dentre outros malefícios, exerce pouca atração sobre os egressos, contribuindo com a imagem de contadores “mecanicistas”, pouco capacita-

dos para atuar como consultores nos negócios. Além disso, Linsmeier (1996) nota nos contadores recém-formados a dificuldade de apresentar soluções para problemas práticos, o que ele atribui, em parte, à preocupação excessiva com o ensino de “débitos e créditos” — e a consequente busca da “solução correta” — na disciplina Contabilidade Introdutória.

Outros (como VANGERMEERSCH, 1997, p. 582) defendem o ensino das partidas dobradas, argumentando em seu favor que essa abordagem estimula a participação do aluno, “tornando a Contabilidade dinâmica como ela é na prática”.

Para alguns autores, a questão central dessa discussão não é, realmente, o ensino das partidas dobradas e sim o próprio objetivo da Contabilidade. “O processo da Contabilidade é um meio para um fim e não um fim por si só” (INGRAM, 1998, p. 414). Se a Contabilidade for apresentada — logo no início do curso, na disciplina Contabilidade Introdutória —, como um processo puramente mecânico, os alunos provavelmente terão um fraco estímulo para desenvolver a capacidade para resolução prática de problemas que ultrapassem o aspecto da técnica contábil.

Assim, estando os professores cientes de que o “objetivo principal de um curso de Contabilidade Introdutória deve ser capacitar os alunos a analisar e interpretar a informação contábil” (INGRAM, 1998, p. 415), seu conteúdo e metodologia devem ser definidos para possibilitar a consecução desse objetivo.

3.2 Os Cursos de Ciências Contábeis no Paraná

O surgimento e a evolução do ensino de Ciências Contábeis no Paraná guardam estreita relação

com o desenvolvimento econômico das regiões em que os cursos foram instalados. A região sul do Estado, onde se localiza a capital, Curitiba, foi o primeiro pólo industrial e comercial a se desenvolver, contribuindo para que ali surgisse o primeiro curso superior na área Contábil.

Favero (1987) informa que o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, localizado em Curitiba, considerado o mais antigo do Estado, foi criado em 1957, e reconhecido pelo Parecer CFE nº 2.085, de 7 de julho 1976. Funciona em um sistema seriado anual, com cem vagas para o período noturno. De acordo com o Ministério da Educação (A) (2004), atualmente o Paraná possui 65 cursos de Ciências Contábeis, oito dos quais nas Universidades Estaduais, surgidos a partir da década de 70 do século XX. As Universidades Estaduais do Paraná são as seguintes:

- UEL – Universidade Estadual de Londrina;
- UEM – Universidade Estadual de Maringá;
- UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com três *campi*: Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon;
- UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro do Paraná, com dois *campi*: Guarapuava e Iratí.

O Quadro 1 contém informações sobre as datas de implantação e reconhecimento desses cursos. A implantação marca o início da oferta do curso na IES e o reconhecimento se refere à data de promulgação da norma que atribui a validade legal dos cursos.

Siglas	Implantação	Reconhecimento
UEL	1972	Decreto Federal nº 78469, 27 de setembro de 1976.
UEM	1972	Decreto Federal nº 78.440, 20 de setembro de 1976.
UEPG	1975	Decreto Federal nº 83.799 de 30 de julho de 1979.
UNIOESTE – Cascavel	1976	Decreto Federal nº 83.325/76.
UNIOESTE – Foz do Iguaçu	1979	Portaria Ministerial nº 218/83.
UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon	1980	Portaria Ministerial nº 73/83.
UNICENTRO – Guarapuava	1980	Decreto 328 de 26 de julho de 1984.
UNICENTRO – Iratí	1985	Portaria nº 1.175, de 11 de agosto de 1994 do Ministério de Estado da Educação e do Desporto.

Fonte: *sites das Universidades*.

Quadro 1 – Sigla, data da implantação, diploma legal/reconhecimento dos cursos

Em três Universidades Estaduais, o curso foi reconhecido quatro anos após sua implantação. Na UNIOESTE – Cascavel, o reconhecimento ocorreu no mesmo ano de implantação; na UNIOESTE – Marechal Rondon após três anos, e na UNICENTRO – Iratí, após nove anos de implantação.

3.3 Dados sobre a Disciplina Contabilidade Introdutória

Esse tópico apresenta informações sobre a disciplina, tais como: denominação, carga horária, alunos ingressantes, regime do curso e planos de ensino. A tabela 2 apresenta a denominação adotada para a disciplina.

Tabela 2 – Denominação adotada para a disciplina

Denominação	Quantidade	Percentual
Contabilidade I	2	25,0
Contabilidade Geral I	4	50,0
Contabilidade Introdutória	1	12,5
Introdução ao Estudo da Contabilidade	1	12,5
Total	8	100,0

Verificou-se que 62,5% dos cursos possuem uma carga horária de 136 horas, e 37,5% 120 horas. Essa diferença ocorre nos três cursos oferecidos pela UNIOESTE, conforme pode ser observado na tabela 3. A pesquisa não identificou divergências na formação dos alunos em função da diferença de carga horária.

Tabela 3 – Carga horária para a disciplina

Instituição	Nº cursos	Horas	Percentual
UNIOESTE	3	120	37,5
Demais Universidades	5	136	62,5
Total	8		100,0

O regime é seriado anual nas instituições pesquisadas. Três instituições reduziram o período de duração mínima do curso completo de 5 para 4 anos. Essa redução é recente e ainda não formou nenhuma turma, o que não permite avaliar em que medida tal mudança tem influenciado na formação

dos profissionais. Entretanto, esse aspecto merece atenção e enseja a oportunidade para futuras pesquisas, pois muitas instituições particulares do Paraná reduziram seus cursos de Ciências Contábeis de cinco para quatro anos.²

Observou-se que o número máximo de alunos ingressantes por turma é igual para todos os cursos pesquisados, quarenta, e que em três cursos ingressam três turmas por ano. São oferecidas 540 vagas por ano e dessas, 120 no período diurno, e 420 no noturno.

Todos os coordenadores responderam que os planos de ensino adotados para a disciplina possuem os seguintes elementos: ementa, objetivos, conteúdo programático, estratégias de ensino, critérios de avaliação e bibliografia adotada. Ao analisar os planos de ensino obtidos, verificou-se que em uma instituição foi constatada a ausência do item sobre estratégias de ensino, em duas instituições existe esse item, mas as estratégias de ensino adotadas não estão especificadas, e uma não menciona os critérios de avaliação.

3.4 Dados sobre os Professores que Ministraram Contabilidade Introdutória

Esse item apresenta informações relativas à formação acadêmica dos professores como: graduação, pós-graduação, área de concentração do curso, instituição e ano de conclusão do curso, tempo de magistério na disciplina e no ensino superior. Inicialmente, será feito um resumo sobre a pós-graduação *stricto sensu* em Controladoria e Contabilidade no Brasil, que serviu de subsídio à análise da formação e titulação dos professores entrevistados.

Na seqüência, é feita a análise das condições de oferta da disciplina Contabilidade Introdutória, com base nos dados obtidos com a pesquisa.

O crescimento do número de cursos em Ciências Contábeis, aliado ao aumento da demanda por profissionais de Contabilidade com melhor formação acadêmica, trouxe como consequência a maior demanda pela pós-graduação, cujos objetivos principais são a maior qualificação profissional, a formação de pessoal qualificado para o exercício do magistério superior e para as atividades de pesquisa. No Brasil, a pós-graduação está dividida nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*.

Marion, Dias e Traldi (2002) informam que a pós-graduação *lato sensu* engloba os cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização (inclusive os MBA – *Master in Business Administration*). Esses cursos estão

²Durante a pesquisa foram consultados os *sites* de diversas instituições de ensino superior particulares que oferecem o curso de Ciências Contábeis no Estado do Paraná, e não foram encontrados cursos de Ciências Contábeis com duração superior a quatro anos.

regulamentados pela Resolução CNE/CES nº 1/2001, e visam ao aprimoramento profissional. Devem ter ao menos 360 horas-aula, e sua oferta independe de autorização e reconhecimento. Completando o entendimento, Saviani in Bianchetti e Machado (2002, p. 136), informa que tais cursos são um prolongamento dos cursos de graduação e, em alguns casos, podem ser oferecidos sob a forma de cursos de extensão.

Na pós-graduação *stricto sensu*, estão os programas de mestrado acadêmico, profissionalizante e de doutorado. Giraldelli Jr. in Bianchetti e Machado (2002, p. 323) completa a explanação sobre os programas *stricto sensu*, ao mencionar que em algumas instituições paulistas, tais como a USP, UNESP e UNICAMP, há os concursos para livre-docente e titular. No mestrado acadêmico é exigida a proficiência em uma língua estrangeira, um orientador e a defesa pública de dissertação. No doutorado, a critério da IES, é exigida a proficiência em mais de uma língua estrangeira, um orientador e a defesa pública de tese. Na livre-docência, normalmente é exigida uma tese, sem orientador.

Saviani in Bianchetti e Machado (2002, p. 137) identifica o ensino como elemento definidor e determinante dos objetivos a alcançar nos cursos *lato sensu*, sendo a atividade de pesquisa uma mediado-

ra necessária para alcançar os objetivos preconizados em tais cursos. Na pós-graduação *stricto sensu*, caracterizam-se os programas, cujo elemento definidor é a pesquisa, determinante dos objetivos a alcançar, traduzidos na formação de pesquisadores e de quadros qualificados para o exercício da docência. A mediação nos programas *stricto sensu* ocorre por meio do ensino, procurando garantir e estabelecer requisitos para o desenvolvimento da pesquisa, elemento fundamental da formação pretendida.

À época da realização da pesquisa, o Brasil possuía nove programas de mestrado acadêmico, dois profissionalizantes e um doutorado em Contabilidade e Contabilidade³, recomendados pela CAPES. Seis estão localizados na Região Sudeste, um no Centro-Oeste, dois no Nordeste e dois no Sul.

Foram, recentemente, recomendados pela CAPES os programas de mestrado profissionalizante da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), e o programa de mestrado acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, motivo pelo qual tais programas não possuíam mestres formados à época de realização da pesquisa. A Tabela 4 apresenta informações sobre o número de mestres e douto-

Tabela 4 – Instituições e respectivo número de mestres e doutores formados até 31.12.03

Instituição mantenedora	Mestre profissionalizante	Mestre acadêmico	Doutor
Universidade de São Paulo – SP		354	123
Centro Universitário Álvares Penteado – SP		91	
Pontifícia Universidade Católica – SP		152	
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – RJ		178	
Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ		41	
Fundação Visconde de Cairu – BA		53	
Programa Multi-institucional – UNB/UFRN/ UFPE /UFPB		33	
Universidade do Vale dos SINOS – RS		35	
Universidade do Norte do Paraná – PR ⁴		43	
Universidade Federal de Santa Catarina –SC		0	
Universidade Federal do Ceará – CE	0		
Fundação Capixaba de Ensino e Pesquisa – ES	0		
Total	0	980	123

Fonte: Secretarias dos programas.

³ Os programas possuem denominações distintas e, para este trabalho, foram genericamente denominados de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade e Contabilidade.

⁴ O programa de mestrado da UNOPAR formou apenas uma turma, com títulos reconhecidos como de validade nacional, por meio do processo 23038.001000/2002-7 – ADM 323/02, conforme Parecer PIR/IT025, de 24.06.2002.

res formados no Brasil por esses programas até dezembro de 2003, conforme informações obtidas junto às secretarias dos programas.

A comparação entre o número de cursos de graduação em Ciências Contábeis com a quantidade de mestres e doutores em Controladoria e Contabilidade já formados revela a desproporção de professores mais bem qualificados para o exercício da docência nessa área. A divisão simples da quantidade de titulados pelos 751 cursos informados na tabela 1 indica um índice de 1,30 professor mestre, e 0,16 professor doutor por cursos. Apesar dos esforços empreendidos, ainda está distante o atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos no artigo 52, incisos I a III da Lei nº 9.394/96, que apresenta as exigências relativas à qualificação docente e à produção científica. O texto do artigo 52 da LDB é a seguir apresentado:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II um terço do corpo docente, pelo menos com titulação acadêmica de Mestrado ou doutorado;
- III um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
- § único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Todos os professores de Contabilidade Introdutória dos cursos analisados são Bacharéis em Ciências Contábeis. Uma professora possui outra graduação, Psicologia e um professor é graduado em Administração de Empresas. Todos os professores possuem pós-graduação *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado). Destes, 67% possuem pós-graduação na área Contábil, 17% na área de Engenharia de Produção – Gestão da Qualidade e Produtividade, 8% em Administração e 8% possuem pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, conforme ilustra a tabela 5.

A pesquisa revelou que 50% dos professores de Contabilidade Introdutória possuem o título de mestre, e 50% pós-graduação em nível de especialização. Essas informações demonstram que as Universidades Estaduais do Paraná possuem um número de mestres acima do mínimo estabelecido pela legislação do ensino superior – LDB (pelo me-

Tabela 5 – Área de qualificação dos docentes – pós-graduação

Área	Quantidade	Percentual
Administração	1	8,0
Contabilidade	9	67,0
Engenharia de Produção e Sistemas	1	8,0
Engenharia de Produção – Gestão da Qualidade e Produtividade	1	17,0
Total	12	100,0

nos 1/3 do corpo docente), atuando no ensino da Contabilidade Introdutória. Dos portadores do título de mestre, 67% cursaram mestrado em Controladoria e Contabilidade, e 33% nas áreas de Engenharia de Produção e Sistemas e Engenharia de Produção – Gestão da Qualidade e Produtividade. Verificou-se que 33% dos professores cursaram a pós-graduação até 1990, 25% de 1991 a 1999, e 42% concluíram pós-graduação a partir de 2000.

Esse fato é importante, pois a existência de professores com titulação acadêmica pelo menos de mestre na disciplina Contabilidade Introdutória, pode trazer contribuições significativas para o curso de Ciências Contábeis. É de se supor que professores possuidores de tal qualificação estejam habilitados para ministrar a disciplina com a qualidade acadêmica e de conteúdos requerida, ao mesmo tempo que podem oferecer exemplos práticos de como os conteúdos oferecidos serão úteis ao longo do curso.

Outro dado relevante identificado é que nem todos os professores se dedicam em tempo integral à docência e à pesquisa. Esse aspecto pode comprometer o desempenho do docente, afetando diretamente na qualidade de suas aulas e na sua preparação didática para atuação em sala de aula.

A análise do tempo de atividade na disciplina Contabilidade Introdutória revelou que 50% dos professores possuem até 3 anos de magistério, 17% ministram aulas entre 4 e 6 anos, 8% entre 7 e 9 anos, e 25% atuam há mais de 9 anos nessa disciplina, o que pode ser observado na tabela 6.

Relativamente ao tempo de atuação no magistério, verificou-se que 25,0% atuam como professores em até 3 anos, 17,0% entre 4 e 6 anos, 8,0% até 12 anos, e 50,0% atuam como professores há mais de 22 anos. Essas informações estão na tabela 7.

As informações contidas nas tabelas 6 e 7 indicam esforços das instituições com a renovação do

Tabela 6 – Tempo de magistério na disciplina Contabilidade Introdutória

Tempo na disciplina	Quantidade	Percentual
Até 3 anos	6	50,0
De 4 a 6 anos	2	17,0
De 7 a 9 anos	1	8,0
Mais de 9 anos	3	25,0
Total	12	100,0

corpo docente na disciplina. De acordo com os coordenadores entrevistados, existe uma preocupação em designar os melhores professores do curso para ministrar aulas aos ingressantes, inclusive para Contabilidade Introdutória.

Um aspecto observado nas entrevistas com os coordenadores foi a preocupação em fornecer os planos de aula aos alunos logo no início da disciplina, o que demonstra a adequação dos cursos ao disposto na Lei no. 9.394/96, art. 47, § 1º, e o Parecer CNE/CES no. 289/2003. O plano de ensino é um elemento importante para o sucesso da disciplina, e cria uma expectativa motivadora nos ingressantes, que poderão desenvolver seus estudos de acordo

Tabela 7 – tempo de atuação no magistério

Tempo no magistério	Quantidade	Percentual
Até 3 anos	3	25,0
De 4 a 6 anos	2	17,0
De 6 a 12 anos	1	8,0
Acima de 12 anos	6	50,0
Total	12	100,0

com os objetivos propostos, e se preparar para as demais disciplinas da área contábil.

3.5 Estratégias de Ensino Usadas

A tabela 8 apresenta as estratégias de ensino adotadas pelos professores de Contabilidade Introdutória. Para as respostas possíveis, foram atribuídos pesos em uma escala de 1 a 5, de acordo com o grau de importância demonstrado pelo professor para as estratégias relacionadas nos itens 1 a 6 da tabela 8. A pontuação necessária para que a estratégia de ensino indicada atingisse 100% era de 50 pontos.

Tabela 8 –Estratégias de ensino usadas pelos professores

Estratégias de ensino usadas	Pontuação obtida pelo grau de importância	Representação percentual
1. Aula expositiva	45	90%
2. Estudos de Casos	25	50%
3. Trabalhos em Grupos	19	38%
4. Seminário	19	38%
5. Questionários	5	10%
6. Outros	5	10%

Foram constatadas divergências entre as estratégias de ensino usadas e as mencionadas nos planos de ensino de todas as instituições pesquisadas. Duas instituições não assinalaram no questionário o item referente às estratégias de ensino usadas, e não contemplam esse item no plano de ensino. Os professores pesquisados informaram as estratégias de ensino que usam.

Observou-se uma variação nas estratégias de ensino usadas, com preferência pela aula expositiva. Tal fato vem ao encontro das pesquisas mais recentes da área contábil, que defendem outras estratégias para o ensino de Contabilidade Introdutória,

tais como a pesquisa elaborada por Favarin (2000), que sugere o uso do simulador de transações aplicado ao ensino da Contabilidade Geral, e a de Santos (2003), que sugere o emprego de Jogos de Empresas no processo de ensino e aprendizagem de Contabilidade. Porém, é preciso lembrar que o educador precisa conhecer as características pessoais do grupo, para que as estratégias de ensino ajudem a alcançar os objetivos propostos. As proposições de Favarin e de Santos podem ser usadas com estudos de caso e trabalhos em grupo.

O seminário é outra estratégia importante, pois após a discussão e apresentação, o tema poderá

ser usado para elaborar artigos, e permite que o estudante desenvolva habilidades tais como: raciocínio lógico, pensamento estruturado, capacidade de redação e apresentação de suas ideias de maneira escrita. Também é uma forma de estimular os acadêmicos a participarem de eventos científicos⁵ que, em alguns casos, já permitem a participação de alunos dos cursos de graduação com apresentação de trabalhos.

3.6 Recursos Instrucionais

As informações sobre os recursos instrucionais mais usados pelos professores estão na tabela 9. As respostas foram atribuídos pesos numa escala de 1 a 5 de acordo com o grau de importância. Para que cada recurso usado atingisse 100%, eram necessários 50 pontos.

Tabela 9 –Recursos instrucionais mais utilizados

Recurso instrucional	Pontuação obtida por grau de importância	Representação percentual
1. Quadro-de-giz	49	98%
2. Retroprojetor	33	66%
3. Data show	10	20%
4. Vídeo e TV	6	12%
5. Flip chart	2	4%
6. Outros – Exercícios Programados	1	1%

Todas as instituições apresentaram divergências em relação aos recursos instrucionais assinalados nos questionários, e os informados nos planos de ensino. Apenas duas instituições informaram os recursos nos planos de ensino. Os resultados sugerem treinamento específico para atualização dos docentes, pois o grupo de professores pesquisado informou possuir qualificação para a docência, o que se comprova por todos terem pós-graduação em nível de especialização, e 50% possuírem o título de mestre. Outros aspectos a considerar são os recursos oferecidos pelas instituições, o que não foi objeto desta pesquisa. É sabido que muitas instituições públicas sofrem com a falta de recursos financeiros para atualizar a infra-estrutura necessária para um ensino melhor.

3.7 Critérios de Avaliação

A tabela 10 apresenta os critérios de avaliação usados pelos professores. As respostas foram atribuídos pesos numa escala de 1 a 5, de acordo com o grau de importância. Para que a estratégia atingisse 100% eram necessários 50 pontos.

O critério de avaliação adotado pela maioria dos professores é a prova escrita, com 100%, seguida de assiduidade, com 46%, trabalhos em grupo 42%, trabalhos individuais 32%, resolução de exercícios 8%, seminários e trabalhos em grupo 2%, respectivamente.

Um objetivo da avaliação é verificar se o planejamento e a execução dos planos de ensino estão apresentando resultados satisfatórios junto aos estudantes. Nessa perspectiva, a prova escrita é o critério usado por todos os professores. Para Gil (1997), a prova escrita se constitui na forma mais

Tabela 10 –Critérios de avaliação usados

Critérios de avaliação usados	Pontuação obtida por grau de importância	Representação percentual
1. Prova escrita	50	100%
2. Assiduidade	23	46%
3. Trabalhos em grupo	21	42%
4. Trabalhos individuais	16	32%
5. Resolução de exercícios	4	8%
6. Seminários	1	2%
7. Trabalhos de campo	1	2%

⁵ Exemplos são: o Seminário de Iniciação Científica em Controladoria e Contabilidade, promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, e o Congresso Brasileiro de Custos, promovido pela Associação Brasileira de Custos.

tradicional usada para avaliação de aprendizagem do ensino superior.

A prova escrita é significativa para avaliar o resultado do processo de ensino e aprendizagem em Contabilidade Introdutória, pois o estudante está iniciando um curso superior, o que requer avanços nos conhecimentos, no volume de material a ser estudado, no grau de exigência da avaliação e no próprio comportamento do discente. Porém, a prova escrita não deve ser o único critério de avaliação. Outras formas poderão ser usadas para complementar a avaliação, tais como:

- assiduidade, presença e participação nas atividades;
- resolução de exercícios em casa para entrega no início das aulas;
- resumos sobre os conteúdos ministrados;
- avaliação em grupo.

É importante incutir no estudante a necessidade de participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, a partir da disciplina Contabilidade Introdutória. O trabalho em equipe deve ser estimulado, pois as tendências para o futuro profissional contábil indicam a necessidade de possuir habilidades de comunicação, negociação, administração de conflitos, e de atualização e absorção de informações tecnológicas, entre outras.

Foram identificadas divergências em todas as instituições nos critérios de avaliação assinalados nos questionários, em relação aos indicados nos planos de ensino. Isso leva a crer que oficialmente os estudantes foram avaliados de acordo com o informado nos planos de ensino, porém, enseja a possibilidade de os professores terem usado outros critérios, além dos informados aos estudantes.

3.8 Sugestões dos Professores para Melhorar as Estratégias de Ensino Usadas

Analizando as sugestões dos professores, observa-se que as respostas corroboram o uso das estratégias informadas nas respostas aos questionários, pois a maioria sugeriu a inclusão de outras formas, tais como os jogos de empresas e a simulação empresarial, pelo uso do laboratório de informática. Esses recursos instrucionais permitem que os estudantes participem de forma ativa no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo atividades que ocorrem na vida real das empresas. Outras sugestões dos professores que merecem destaque são as seguintes:

- criar grupos que gerem informações permanentes para os jornais da cidade, referentes a assuntos de interesse permanente da sociedade;
- o curso deve ser uma fonte de informação sobre a profissão, pois isso gera compromisso acadêmico e profissional;
- estabelecer sistema de participação em eventos com trabalhos práticos desenvolvidos;
- incentivar a elaboração de casos para outros grupos desenvolverem;
- desenvolver a pesquisa, pois se apresenta como um processo de construção de conhecimento.

É possível concluir pela necessidade de atualização ou revisão das estratégias de ensino usadas e pela necessidade de maior disponibilidade de equipamentos e sistemas que permitam o uso do jogo de empresas e da simulação empresarial. As sugestões de **a** até **e** podem ser implementadas, independentemente da disponibilidade imediata dos equipamentos e sistemas.

3.9 Sugestões dos Coordenadores para Melhorar a Qualidade do Ensino na Disciplina

Na opinião dos coordenadores, para melhorar a qualidade do ensino ministrado na disciplina Contabilidade Introdutória, é necessária uma revisão ampla nos aspectos inerentes às estratégias de ensino, qualificação docente e oferta de recursos físicos. Relativamente à qualificação docente, algumas características requeridas de um bom professor para ministrar aulas de Contabilidade Introdutória são as seguintes:

- possuir profundo conhecimento teórico;
- ter experiência acadêmica;
- ser rígido nas atividades estabelecidas;
- ser cumpridor de suas tarefas;
- incentivar os alunos à prática da leitura anterior às aulas sobre o conteúdo a ser ministrado;
- desenvolver formas de avaliação ativa dos estudantes;
- usar material atualizado;
- ser motivador e participativo nas discussões da classe;
- estar inteirado e atualizado sobre os eventos ligados à profissão contábil;
- estar envolvido nas discussões da área acadêmica.

O professor de Contabilidade Introdutória tem papel decisivo no sucesso da disciplina, pois, além do que foi anteriormente exposto, o docente pode, durante o desenvolvimento de suas aulas, reforçar a importância de seu “trabalho de base” e ilustrar de que forma os conteúdos desenvolvidos serão úteis ao longo do curso.

3.10 Conteúdos Ministrados

A tabela 11 apresenta as informações sobre os conteúdos ministrados, indicados nos planos de ensino analisados. Os tópicos estão relacionados pela freqüência de indicação nos planos de ensino e por seu percentual de representação.

Tabela 11 –Conteúdos ministrados

Tópicos do programa	Cursos	
	Quantidade	Percentual
1. Objetivos da Contabilidade	8	100%
2. Estrutura e Evolução da Contabilidade	8	100%
3. Os Postulados, Princípios, e Convenções Contábeis	8	100%
4. Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e sua Avaliação	8	100%
5. Receita, Despesa e Resultado	8	100%
6. A Estática e a Dinâmica Patrimonial	8	100%
7. Procedimentos Contábeis	8	100%
8. Fatos Contábeis	8	100%
9. Balancete de Verificação	8	100%
10. Encerramento do Exercício	8	100%
11. Demonstração de Resultado do Exercício	8	100%
12. Balanço Patrimonial	8	100%
13. Operações com Mercadorias	7	88%
14. Constituição de Empresas (*)	3	38%
15. A Contabilidade no Processo de Gestão (**)	2	25%

Há poucas divergências entre as instituições pesquisadas. Os conteúdos sobre “Operações com Mercadorias” não estão contemplados em apenas um plano de ensino. Os dois cursos oferecidos pela UNICENTRO (**) possuem um item a mais em relação às demais, sobre “Contabilidade no Processo de Gestão”, que aborda a Contabilidade como um Sistema de Informações, citado no início dos conteúdos a serem ministrados. O tópico “Constituição de Empresas” é oferecido nos três cursos oferecidos pela UNIOESTE (*). Os demais tópicos são, igualmente, estudados em todas as instituições.

3.11 Bibliografia Adotada

A tabela 12 apresenta a bibliografia adotada. Foram relacionados os títulos dos livros, ano da edição, autor, freqüência e percentual correspondente. Algumas instituições separam a bibliografia em dois

grupos: específica e complementar. Não foi possível apresentar essa informação separadamente, pois nem todos os planos de ensino possuíam essa segregação. Os nomes dos autores estão apresentados de forma abreviada e os dados bibliográficos completos das obras analisadas serão apresentados apenas na tabela 12 e no quadro 2, e não nas referências bibliográficas, por terem sido usados como dados colhidos pela pesquisa.

Verificou-se que algumas obras são comuns à maioria das instituições; entretanto há variedade para alguns autores e títulos adotados. As obras mais usadas como bibliografia específica são: Contabilidade Introdutória – Equipe de Professores da FEA/USP – 1998 – 100%; Contabilidade Básica – Marion – 2004 – 88%; Contabilidade: Teoria e Prática, v1 – Favero, et al. – 1997 – 75%, e Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – FIPECAFI – Iudícius (coord.) – 2000 – 75%.

Tabela 12 – Bibliografia adotada

Título	Ano	Autor	Freqüência	%
Contabilidade Introdutória	1998	EQUIPE PROF. FEAUSP (coord.) IUDÍCIBUS, S.	8	100%
Contabilidade Básica	1996	MARION, J. C.	7	88%
Contabilidade: Teoria e Prática, v 1.	1997	FAVERO, H. L. et al.	6	75%
Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – Aplicável às demais Sociedades	2000	FIPECAFI – IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELGKE, E. R.	6	75%
Contabilidade Geral	1996	FRANCO, H.	5	63%
Manual de Contabilidade Básica: Uma introdução à prática contábil	1996	PADOVEZE, C. L.	5	63%
Contabilidade Empresarial	1997	MARION, J. C.	4	50%
Contabilidade Básica	2001	GOUVEIA, N.	3	38%
Curso Básico de Contabilidade	2002	ALMEIDA, M. C.	2	25%
Contabilidade Geral Fácil	1997	RIBEIRO, O. M.	2	25%
GUIA IOB de Contabilidade	1992	Periódico atualizável	2	25%
Introdução à Contabilidade	1987	WALTER, M. A.	2	25%
Contabilidade: Teoria e Prática, v 1 e 2.	1997	FAVERO, H. L. et al.	1	13%
Teoria da Contabilidade	1997	IUDICIBUS, S.	1	13%
Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76	1979	– o –	1	13%
Contabilidade Informatizada	1997	OLIVEIRA, E.	1	13%
Contabilidade Superior	1996	HERMANN JR., F.	1	13%
Princípios Fundamentais de Contabilidade	1995	SÁ, A. L.;	1	13%
Dicionário de Contabilidade	1995	SÁ, A. L.; SÁ, A. M. L.	1	13%
Introdução à Contabilidade	1990	PALHARES, A.; RODRIGUES, I.	1	13%
Contabilidade Básica	1993	NEVES, S.; VICECONTI, P. E.	1	13%
Contabilidade Básica	1980	ANGELICO, J.	1	13%
Princípios Fundamentais de Contabilidade	1995	CFC	1	13%
Contabilidade Geral	1979	JACINTO, R.	1	13%

O quadro 2 apresenta as obras indicadas nos planos de ensino, em ordem crescente por ano da 1^a edição, relacionando o ano da primeira edição, a edição usada e a última edição e ano, para identificar a indicação do uso de obras atualizadas.

Das 24 obras identificadas, as indicadas com (*) no campo “título” são as recomendadas, e não são a última edição; as indicadas com (**) tiveram sua última edição publicada há mais de dez anos. Esse aspecto requer a atenção dos coordenadores e professores,

pois a bibliografia sobre Contabilidade Introdutória (como a de qualquer outra disciplina), precisa ser composta por obras que vêm sendo atualizadas, em termos de conteúdos e abordagem metodológica de ensino. Mesmo para as obras consideradas clássicas, é preciso atentar para edições mais atuais, que contenham as referidas atualizações.

A análise do conteúdo das obras indicadas revela que nem todas⁶ apresentam conteúdos apropriados para a formação inicial dos futuros contado-

⁶ Esta pesquisa não desmerece o valor das obras analisadas, mas avalia a sua relação com o ensino de Contabilidade Introdutória e a importância da adequação da bibliografia para o bom desempenho dos estudantes na disciplina.

Autor	Título	Edição			Editora
		1 ^a	usada	última	
HERMANN JR. F.	Contabilidade Superior	1936	11 ^a – 1996	11 ^a – 1996	Atlas
FRANCO, H.	Contabilidade Geral	1951	23 ^a – 1996	23 ^a – 1996	Atlas
SÁ, A. L.; SÁ, A. M. L.	Dicionário de Contabilidade	1957	9 ^a – 1995	9 ^a – 1995	Atlas
EQUIPE PROF. FEA/USP – IUDÍCIBUS, S. (coord)	Contabilidade Introdutória	1971	9 ^a – 1998	9 ^a – 1998	Atlas
– o –	Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (*)	1976	1 ^a – 1976	28 ^a – 2001	Atlas
ANGELICO, J.	Contabilidade Básica (*) (**)	1978	5 ^a – 1980	7 ^a – 1987	Atlas
FIPECAFI – IUDÍCIBUS, S. de (coord.)	Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (*)	1979	5 ^a – 2000	6 ^a – 2003	Atlas
JACINTO, R.	Contabilidade Geral (**)	1979	1 ^a – 1979	1 ^a – 1979	Ática
WALTER, M. A.	Introdução à Contabilidade: Uma metodologia moderna para o ensino da contabilidade VI I (**)	1980	7 ^a – 1987	7 ^a – 1987	Saraiva
MARION, J. C.	Contabilidade Empresarial (*)	1982	6 ^a – 1997	10 ^a – 2003	Atlas
MARION, J. C.	Contabilidade Básica (*)	1983	3 ^a – 1999	7 ^a – 2004	Atlas
GOUVEIA, N.	Contabilidade Básica	1984	2 ^a – 2001	2 ^a – 2001	Harbra
IUDÍCIBUS, S. de	Teoria da Contabilidade	1987	6 ^a – 2000	6 ^a – 2000	Atlas
ALMEIDA, M. C.	Curso Básico de Contabilidade	1988	4 ^a – 2002	4 ^a – 2002	Atlas
PADOVEZE, C. L.	Manual de Contabilidade Básica: Uma introdução à prática contábil (*)	1989	4 ^a – 2000	5 ^a – 2004	Atlas
PALHARES, A.; RODRIGUES, L. C.	Introdução à Contabilidade (**)	1990	1 ^a – 1990	1 ^a – 1990	Scipione
PERIÓDICO	GUIA IOB de Contabilidade	1992		Atualizável	IOB
NEVES, S.; VICECONTI, P. E.	Contabilidade Básica (*)	1993	1 ^a – 1993	11 ^a – 2003	Frase
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	1995	1 ^a – 1995	1 ^a – 1995	CFC
FAVERO, H. L. et al.	Contabilidade: Teoria e Prática, v 1.	1995	2 ^a – 1997	2 ^a – 1997	Atlas
SÁ, A. L.	Princípios Fundamentais de Contabilidade	1995	3 ^a – 2000	3 ^a – 2000	Atlas
FAVERO, H. L. et al.	Contabilidade: Teoria e Prática, v 2.	1997	1 ^a – 1997	1 ^a – 1997	Atlas
OLIVEIRA, E.	Contabilidade Informatizada (*)	1997	1 ^a – 1997	3 ^a – 2003	Atlas
RIBEIRO, O. M.	Contabilidade Geral Fácil	1997	1 ^a – 1997	4 ^a – 2002	Saraiva

Quadro 2 – Bibliografia adotada: ano da 1^a edição, edição usada e última edição

res. Por exemplo, FIPECAFI – Iudícibus et al. (2003, p. 25), apresenta, na introdução do capítulo 1, como seu atual e mais duradouro objetivo: “representar para os profissionais da área uma fonte atualizada e abrangente sobre Contabilidade e Demonstrações Contábeis, servindo também como textos para estudos no âmbito universitário”.

A obra da Equipe de Professores da FEA/USP – 1998, contempla a maioria dos conteúdos identificados pela pesquisa, com exceção de: “Constituição de Empresas” (somente apresenta exemplos de lançamentos contábeis) e “Contabilidade no Processo de Gestão”. Um aspecto que chama atenção, nessa obra, refere-se ao capítulo 10, que aborda uma Introdução aos Princípios Contábeis, sem mencionar os Princípios Fundamentais de Contabilidade enunciados pela Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, pois a 9ª edição foi publicada em 1998.

Os conteúdos sobre “Constituição de Empresas”, “Contabilidade no Processo de Gestão” e “Operações com Mercadorias” não constam no livro “Contabilidade Básica” – Marion – 2004. Os demais itens estão contemplados e a obra apresenta ainda sugestões para a seqüência do conteúdo, caso os professores adotem a ordem dos capítulos. Outro aspecto positivo, nessa obra, é a inserção das alterações referentes ao Novo Código Civil e seus efeitos sobre a Contabilidade.

O livro “Contabilidade: Teoria e Prática – v1” – Favero et al. – 1997, apresenta nos capítulos de 1 a 5 conteúdos relativos aos objetivos e evolução da Contabilidade, postulados, princípios e convenções contábeis, além de contemplar os demais conteúdos identificados pela pesquisa, com exceção de “Constituição de Empresas” (apresenta apenas exemplos de lançamentos contábeis) e de “Contabilidade no Processo de Gestão”. Essa obra merece uma atualização, pois ocorreram significativas alterações que afetam a Contabilidade, tais como o Novo Código Civil, e por se tratar de obra bastante usada no ensino da Contabilidade Introdutória, conforme constatado pela pesquisa.

O livro “Contabilidade Geral” – Franco, atualmente na 23ª edição – 1996, é uma obra que aborda amplo conteúdo, porém, sua 1ª edição é de 1951 e, mesmo sendo reeditada e atualizada diversas vezes, possui um vocabulário antigo e pouco didático, como, por exemplo: “como corolários do método das partidas dobradas temos, portanto os seguintes: a soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos e a soma dos saldos devedores é sempre igual à soma dos saldos credores [...]”. (FRANCO, 1996, p. 59).

Padoveze – 2004 apresenta amplo conteúdo no “Manual de Contabilidade Básica: Uma introdu-

ção à prática contábil”. A obra foi atualizada recentemente, com diversas alterações legais que afetam a Contabilidade, tais como: PIS, ICMS nas despesas sobre energia elétrica e nas telecomunicações, entre outras. Porém, não menciona as alterações do Novo Código Civil. Relativamente aos conteúdos informados nos planos de ensino pesquisados, não contempla os tópicos “Constituição de Empresas” e “Contabilidade no Processo de Gestão”.

O livro “Contabilidade Empresarial” de Marion – 2004, atualmente na 10ª edição, apresenta um conteúdo que contempla os tópicos mencionados nos planos de ensino pesquisados, com exceção dos já mencionados anteriormente. A obra possui um vocabulário de fácil compreensão, contém sugestões metodológicas para uso, e o autor propõe seu uso no ensino de Contabilidade para não contadores.

A maioria das obras sobre Contabilidade é publicada por uma única editora, incluídos os sete livros de maior freqüência. Outro aspecto interessante é a necessidade de atualização de algumas obras, em função das constantes mudanças, principalmente na legislação que afeta a Contabilidade, especialmente o Novo Código Civil.

Observou-se que foram indicadas aos alunos as seguintes obras com edições esgotadas: “Contabilidade Básica”, de Angélico – 1987, “Contabilidade Geral”, de Jacinto – 1979, “Introdução à Contabilidade”, de Walter – 1987, e “Introdução à Contabilidade”, de Palhares e Rodrigues – 1990.

Foram identificadas obras que não contribuem para a formação inicial do futuro profissional como, por exemplo: Hermann Jr. – 1996; Oliveira – 2004; Iudícibus – 2000 e Walter – 1980, em função do conteúdo identificado nos programas e o que é abordado nos livros.

Observou-se que a bibliografia indicada nos planos de ensino contém apenas um periódico, e nenhuma revista técnica da área contábil, trabalhos e artigos apresentados em congressos ou outros eventos de natureza científica. Essas publicações servem para demonstrar os estudos e pesquisas mais recentes, e para atualização profissional, e poderiam ser usadas para despertar nos estudantes o interesse pela iniciação científica, a participação em eventos e congressos, ou mesmo a elaboração e publicação de artigos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar as condições de oferta da disciplina Contabilidade Introdutória, para diagnosticar a situação atual nas Universidades Estaduais do Paraná.

Os conteúdos ministrados apresentam poucas diferenças entre as instituições pesquisadas e propiciam a formação básica requerida para os ingressantes da profissão contábil, pois contemplam conteúdos que abrangem, desde a finalidade da Contabilidade, até a elaboração do balanço patrimonial. O item “Contabilidade no Processo de Gestão”, mencionado por duas instituições, é significativo para a formação do futuro profissional, pois aborda a empresa e seu processo de gestão, composto pelas etapas de planejamento, execução e controle, apresentando a Contabilidade como um Sistema de Informações.

Com esse conteúdo, a Contabilidade poderia ser apresentada dentro de uma abordagem global da empresa, demonstrando ao estudante a importância da visão sistêmica nas organizações em que irá atuar. O conhecimento e envolvimento do contador no processo de gestão lhe fornecem uma visão da missão e dos objetivos das empresas. Esse conteúdo não foi identificado na bibliografia mencionada nos planos de ensino analisados.

Esse conteúdo não é encontrado em obras sobre Controladoria e Sistemas de Informação, que poderiam suprir essa lacuna. Entretanto, ainda não é possível afirmar que isso seria adequado para os iniciantes do curso de Ciências Contábeis, pois, muitas vezes, os estudantes desconhecem o funcionamento de uma empresa e podem não estar preparados para, nesse momento do curso, estudar sistemas de informações, planejamento, execução e controle. Esse fato enseja a oportunidade de novas pesquisas sobre a oferta de tais conteúdos em Contabilidade Introdutória.

As estratégias de ensino usadas são bastante conservadoras, prevalecendo a aula expositiva e, como principal recurso instrucional, o quadro-de-giz. Embora existam estudos sugerindo o uso de outras estratégias, tais como os de: Favarin (2000), com o simulador de transações; de Pitela e Camargo (2001), com a aplicação de planilhas eletrônicas, e de Santos (2003), sugerindo o uso dos “jogos de empresa”, é importante destacar que a falta de re-

cursos por parte das instituições e o desconhecimento ou o pouco conhecimento dos professores sobre determinadas estratégias dificultam a inovação em sala de aula. Esse fato indica a necessidade de discussões mais profundas sobre a educação continuada para os professores.

Verificou-se que a formação acadêmica dos professores atende às exigências da nova LDB. A análise comparativa do número de mestres em relação à quantidade de cursos de Ciências Contábeis nas instituições pesquisadas revela um avanço, pois 50% dos professores que atuam em Contabilidade Introdutória possuem o título de mestre e, desses, 33% são mestres em Controladoria e Contabilidade.

A pesquisa apurou, à época de sua realização, conforme a tabela 2, que o Brasil possuía 980 mestres e 123 doutores em Controladoria e Contabilidade, o que representa 1,30 mestres e 0,16 doutor por curso de Ciências Contábeis. As instituições públicas possuem políticas de qualificação docente e meios e mecanismos de incentivo à capacitação docente, o que contribui para melhorar o nível de qualificação acadêmica dos professores num espaço menor de tempo.

Como contribuição ao meio acadêmico, espera-se que a pesquisa sirva de roteiro para a avaliação das condições de oferta de outras disciplinas do curso de Ciências Contábeis. É de supor que tais avaliações revelem boas práticas de ensino, e também oportunidades de melhorias para os cursos de Ciências Contábeis, nas regiões em que forem pesquisados. Os resultados da pesquisa foram oferecidos aos coordenadores das instituições participantes da pesquisa, juntamente com sugestões para o aprimoramento das condições de oferta da disciplina Contabilidade Introdutória.

Finalizando, espera-se que a pesquisa tenha apresentado um diagnóstico adequado sobre o ensino de Contabilidade Introdutória nas Universidades Estaduais do Paraná, que sirva de referência para a realização de outros trabalhos de mesma natureza e que ofereça contribuições para melhorar as condições de oferta dos cursos de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C. S.. *O Ensino de Contabilidade Introdutória nas Universidades Públicas do Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (orgs.). *A Bússola do Escrever: Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez, 2002.

BRASIL, *Decreto-Lei n. 7.988*, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas, e de Ciências Contábeis e Atuariais.

_____, *Lei n. 1.401*, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Federal de Educação, *Parecer CFE n. 397/62*. Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional. Documento Rio de Janeiro: Guanabara, n. 11, janeiro-fevereiro/1963.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Federal de Educação. *Resolução s/n.*, de 08 de fevereiro de 1963. Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Passarinho, Yesis Ilícia (org). Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação –1962/1978. Brasília: DF-CFE, 1979.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução n. 03/92*, de 05 de outubro de 1992. Fixa os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação.

_____, *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Conselho Nacional de Educação. *Parecer n. 776/97*, de 03 de dezembro de 1997. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Superior. *Edital n. 04/97*, de 10 de dezembro de 1997. Chamada geral convocando as instituições de educação superior a apresentarem propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES n. 146/2002*, de 03 de abril de 2002. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES n. 67/2003*, de 11 de março de 2003. Referencial para as diretrizes curriculares nacionais – DCN dos cursos de graduação.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CES n. 108/2003*. Duração dos cursos presenciais de bacharelado.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Conselho Nacional de Educação. *Parecer n. 289/2003*. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução n. 06*, de 06 de março de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

COSTA, J. F.. *Estudo Exploratório sobre a Proposta Curricular para o Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior em São Paulo: Avaliação de sua aderência a uma abordagem sistêmica*. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro Universitário Álvares Penteado –UniFECP, São Paulo.

ELAM, R.. *Is double-entry bookkeeping relevant? The CPA Letter*, May 1995, p. 2.

FAVARIN, A. M.. *Uma Contribuição à Modelagem de Simulador de Transações Aplicado ao Ensino da Contabilidade Geral*. 2000. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

FAVERO, H. L.. *O Ensino Superior de Ciências Contábeis no Estado do Paraná: Um estudo de caso*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Instituto Superior de Estudos Contábeis – ISEC da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

INGRAM, R. W.. *A note on teaching debits and credits in elementary accounting*. *Issues in Accounting Education*, vol. 13, n. 2, May 1998, p. 411-415.

IUDÍCIBUS, S.. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LINSMEIER, T.. *Securities and Exchange Commission: research, teaching, and career opportunities*. *Accounting Horizons*, September 1996, p. 130-136.

MARION, J. C.; DIAS, R.; TRALDI, M. C.. *Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (A). *Cadastro das Instituições de Educação Superior*. São Paulo: 2004, disponível em <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp>. Acesso em: 05 mar. 2004>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (B). *Matrículas em cursos de graduação presenciais, em 30/06, por organização acadêmica e categoria administrativa das IES, segundo as áreas gerais, áreas detalhadas e programas e/ou cursos – Brasil 2002*. São Paulo: 2004, disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 14. Jan. 2004.

PICUS, K. V.. Is Teaching Debits and Credits Essential in Elementary Accounting? *Issues in Accounting Education*, v. 12, n. 2, Fall 1997, p. 575-579.

PITELA, A. C.; CAMARGO, S. R.. O Ensino do Processo Contábil nas Disciplinas Introdutórias do Curso de Ciências Contábeis: Uma sugestão de técnica baseada no uso de planilhas eletrônicas: *Revista do Conselho Regional de Contabilidade*. Paraná, ano 26, n. 130, p. 32-39, 2001.

SANTOS, R. V.. "Jogos de Empresas" Aplicados ao Processo de Ensino e Aprendizagem de Contabilidade: *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, ano XIV, n. 31, p. 78-95 janeiro/abril, 2003.

SÃO PAULO. *Decreto-Lei Estadual n. 15.601*, de 26 de janeiro de 1946. Cria a FCEA – Faculdade de Ciências Econômicas e

Administrativas da Universidade de São Paulo. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência: Legislação federal e marginalia. V. 15, 1951.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SETI, *Cadastro de Endereços das Instituições de Ensino Superior do Paraná*. Curitiba, PR: 2004, disponível em <<http://www.seti.gov.br/ies/particular.php>> Acesso 19.jan. 2004.

VANGERMEERSCH, R. G.. Some Proposed Solutions for the Decline in the Quantity and Quality of Accounting Majors. *CPA Journal*, v. 71, i. 1, January 2001, p. 50-52.

_____. Dropping Debits and Credits in Elementary Accounting: A huge disservice to students. *Issues in Accounting Education*, v. 12, n. 2, Fall 1997, p. 581-583.

NOTA:

Endereço dos autores:

Elza Hofer
Univ. Est. do Oeste do Paraná
R. Universitária, 1619
Mal. Cândido Rondon – PR
85814-110

Ivam Ricardo Peleias
Elionor Farah Jreige Weffort
Centro Univ. Álvares Penteado – UniFECP
Av. Liberdade, 532 – Liberdade
São Paulo – SP
01502-001